



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 07.749/19**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Fundo de Aposentadorias e Pensões de Barra de Santa Rosa, **Sr. Joselito Silva Porto**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Maria das Dores Silva Soares**, matrícula nº 02001490, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que contava, à época, com 30 anos, 07 meses e 02 dias de tempo de contribuição e idade de 64 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 021/2015] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 07.749/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria das Dores Silva Soares*

Órgão: **Fundo de Aposentadorias e Pensões de Barra de Santa Rosa PB**

Gestor Responsável: *Joselito Silva Porto*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1590/2020

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 07.749/19**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da **Sra. Maria das Dores Silva Soares**, matrícula nº 02001490, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 021/2015], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 19 de novembro de 2020.**

Assinado 19 de Novembro de 2020 às 12:36



**Cons. António Gomes Vieira Filho**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 19 de Novembro de 2020 às 14:21



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO